

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

As ações, realizações e resultados operacionais expostos neste relatório dão a medida exata de uma Companhia em constante processo de atualização e inovação. Em sintonia com a estratégia de negócios do Sistema Petrobras, demos novos e decisivos passos para assegurar a logística de transporte adequada e conveniente aos interesses do País.

O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) a cada ano se consolida como o principal impulsionador da nossa moderna indústria naval e da nova Marinha Mercante brasileira. Terminamos 2012 com sete navios lançados ao mar, dos quais três já em operação pleno e o quarto prestes a iniciar as operações. O setor naval, que virou o século em crise, oferece hoje mais de 60 mil postos de trabalho.

Ao criarmos escala, por meio do volume de encomendas, para que a indústria naval pudesse se reestruturar, em bases modernas e competitivas, viabilizamos, também, a criação de novos estaleiros no País.

Em 2012, os avanços nesta área foram significativos: o novo Estaleiro Rio Tietê, em São Paulo, começou a construir para a Transpetro as primeiras embarcações que vão transportar etanol através da Hidrovia Tietê-Paraná. Este é um exemplo de como se pode aproveitar, em larga escala, o imenso potencial logístico dos nossos rios navegáveis.

Na mesma perspectiva, o Estaleiro STX Promar, em Pernambuco - outro projeto materializado pelo Promef - terminou 2012 com mais de 60% de sua implementação concluída, devendo ser inaugurado em 2013. As obras do primeiro dos 8 navios gaseiros contratados ao estaleiro pelo Promef já foram iniciadas.

Com o Promef, o Sistema Petrobras voltou a encomendar navios a estaleiros brasileiros. O programa permite ao Brasil readquirir a sua soberania marítima, num mundo em que mais de 80% do comércio mundial são feitos por mar - no Brasil, esse número chega a 95%. O País foi reinserido no mapa da indústria naval mundial. Depois de décadas de crise, já temos a quarta maior carteira mundial de encomendas de navios.

A frota da Transpetro, que se encontrava na curva da morte, voltou a crescer e fechou o ano com 60 navios.

Com a entrega dos primeiros navios, o Promef cumpre suas duas primeiras premissas: construir os navios no Brasil e atingir índices de nacionalização superiores a 65%. Nosso foco, agora, é buscar a terceira, e mais importante, premissa, que é a busca pela competitividade internacional. Para isso, implantamos, em 2012, o Setor de Acompanhamento da Produção (SAP), que vai encontrar soluções para melhorar a produtividade dos estaleiros brasileiros.

Da mesma forma, a implantação da Academia Marítima Transpetro é a contribuição da Companhia para acelerar a qualificação de pessoal especializado necessário às guarnições dos navios da nova frota mercante brasileira. Os avanços e conquistas da nossa logística em terra merecem, igualmente, destaque. Batemos o recorde de movimentação em nossa malha de gasodutos, atingindo a média de 60,7 milhões de metros cúbicos por dia. Em 8 de dezembro, chegamos ao volume histórico de 80,7 milhões de m³ de gás movimentado. O lançamento do Programa Falha Zero aumentou a nossa já alta confiabilidade nas operações de transporte de gás natural. Sempre em busca de novos nichos de negócios, iniciamos a operação do Sistema de Paraxileno, no Porto de Suape, em Pernambuco, primeiro ativo terrestre próprio da Transpetro. Iniciamos a pré-operação de dutos do Terminal de Barra do Riacho, que vai escoar petróleo dos campos marítimos do litoral do Espírito Santo. Também nos preparamos, devidamente, para iniciar a movimentação do diesel S-10, que ajudará a reduzir a emissão de poluentes na atmosfera.

Inovação, capacitação, treinamento permanente, atualização tecnológica são diretrizes que movem nossas operações. Desenvolvemos, por exemplo, em 2012, os simuladores marítimo e portuário, ferramentas modernas de treinamento para a operação em plataformas de petróleo e portos.

O Programa Inovar estimula, com excelentes resultados, a capacidade criativa da força de trabalho, no sentido de buscar soluções para tornar nossas operações mais eficientes e rentáveis. Em 2012 recebemos mais de 150 ideias, algumas premiadas e já implantadas.

A força de trabalho cresce no mesmo ritmo da nossa expansão. Em 2012, 799 novos empregados foram admitidos em concursos públicos, sendo 501 para o quadro de terra e 298 para o quadro de mar.

A excelência do nosso quadro profissional é expressa pelos resultados alcançados. A receita operacional líquida teve alta de 13,5% com relação a 2011, chegando a R\$ 5,906 bilhões. O lucro líquido cresceu 13%, atingindo R\$ 710,6 milhões.

Em 2013, completamos 15 anos de conquistas, que só foram possíveis graças à dedicação e determinação da força de trabalho da Companhia. Como em uma família, nos unimos para buscar soluções e superar desafios. O Brasil se desenvolveu e se modernizou, em meio a um notável progresso social. A Transpetro se orgulha de ter contribuído para essa trajetória vitoriosa e vem se preparando cuidadosamente para enfrentar novos desafios. Com a mesma competência, dedicação e ousadia, partiremos para novas conquistas em 2013.

Sergio Machado

Presidente da Transpetro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	457.009	413.522	634.425	552.574	Financiamentos	27	45.827	–	45.827	–
Contas a receber						Fornecedores.....		253.151	380.016	266.676	389.808
Clientes	8	24.139	9.099	24.139	9.099	Contas a pagar a controladora e ligadas	9	151.769	212.070	163.848	223.557
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8	(4.319)	(3.124)	(4.319)	(3.124)	Impostos e contribuições sociais a recolher	14	124.163	100.154	127.373	100.154
Controladora, controladas e ligadas	8 e 9	736.148	727.256	709.359	716.769	Provisão para imposto de renda e contribuição social		41.951	6.189	41.951	6.189
Adiantamento a fornecedores		12.934	9.496	18.523	15.100	Dividendos	18	164.721	147.084	164.721	147.084
Sinistros avisados		36.630	18.372	40.279	20.472	Salários e encargos sociais a recolher		18.918	36.559	18.935	36.559
Estoques		30.446	9.899	30.446	9.899	Provisão de férias		10.386	7.817	10.386	7.817
Impostos a recuperar	10	38.168	71.864	38.414	71.864	Provisão para participação de empregados	21	64.467	89.730	64.467	89.730
Despesas antecipadas		1.836	6.067	31.708	26.791	Demais contas e despesas a pagar		15.539	10.618	15.539	10.618
Outros ativos circulantes		39.690	39.665	39.690	39.686	Receitas a apropriar		2.473	760	2.473	760
		<u>1.372.681</u>	<u>1.302.116</u>	<u>1.562.664</u>	<u>1.459.130</u>			<u>893.365</u>	<u>990.997</u>	<u>922.196</u>	<u>1.012.276</u>
Não circulante											
Realizável a longo prazo						Financiamentos	27	1.384.249	799.234	1.384.249	799.234
Títulos e valores mobiliários	7	52.068	46.878	52.068	46.878	Impostos e contribuições sociais diferidos	11	51.724	49.343	51.724	49.343
Adiantamento para futuro aumento de capital	9 e 17	265.806				Provisão para contingências.....	15	21.844	16.823	21.844	16.823
Imposto de renda e contribuição social						Receitas a apropriar		2.069	2.382	2.069	2.382
diferidos.....	11	46.700	45.397	46.700	45.397	Passivo atuarial	16	29.230	–	29.230	–
Adiantamentos a fornecedores		93.974	77.909	93.974	77.909			<u>1.489.116</u>	<u>867.782</u>	<u>1.489.116</u>	<u>867.782</u>
Outros realizáveis a longo prazo		<u>40.974</u>	<u>31.718</u>	<u>40.974</u>	<u>31.719</u>	Patrimônio líquido					
		<u>499.522</u>	<u>201.902</u>	<u>233.716</u>	<u>201.903</u>	Capital realizado	18	2.946.300	2.464.466	2.946.300	2.464.466
Investimentos.....	12	239.466	137.303			Reserva de capital	18	5.792	5.792	5.792	5.792
Imobilizado.....	13 e 27	4.162.484	3.438.303	4.506.603	3.439.870	Reservas de lucros	18	953.018	787.103	953.018	787.103
Intangível		<u>14.096</u>	<u>20.188</u>	<u>14.097</u>	<u>20.188</u>	Ajustes de avaliação patrimonial	18	658	(16.328)	658	(16.328)
		<u>4.416.046</u>	<u>3.595.794</u>	<u>4.520.700</u>	<u>3.460.058</u>			<u>3.905.768</u>	<u>3.241.033</u>	<u>3.905.768</u>	<u>3.241.033</u>
Total do ativo		<u>6.288.249</u>	<u>5.099.812</u>	<u>6.317.080</u>	<u>5.121.091</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.288.249</u>	<u>5.099.812</u>	<u>6.317.080</u>	<u>5.121.091</u>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.											

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	22	5.342.183	4.924.650	5.905.663	5.204.130
Custo dos serviços prestados	23	(3.478.741)	(3.231.651)	(3.983.155)	(3.492.957)
Lucro bruto		<u>1.863.442</u>	<u>1.692.999</u>	<u>1.922.508</u>	<u>1.711.173</u>
Despesas operacionais					
Vendas	23	(30.535)	(26.277)	(30.535)	(26.277)
Gerais e administrativas					
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração		(7.509)	(6.795)	(7.509)	(6.795)
De administração	23	(713.064)	(601.903)	(715.259)	(601.957)
Tributárias		(30.738)	(27.390)	(30.738)	(27.390)
Outras despesas operacionais	24	(60.432)	(37.851)	(59.572)	(38.607)
		<u>(842.278)</u>	<u>(700.216)</u>	<u>(843.613)</u>	<u>(701.026)</u>
Participação em controlada	12	55.244	17.859	–	–
Lucro antes do resultado financeiro		<u>1.076.408</u>	<u>1.010.642</u>	<u>1.078.895</u>	<u>1.010.147</u>
Receitas financeiras	25	62.999	64.179	63.792	64.990
Despesas financeiras	25	(40.967)	(8.088)	(41.002)	(8.104)
Variações monetárias e cambiais, líquidas.....		5.228	(31.034)	5.202	(31.334)
		<u>27.260</u>	<u>25.058</u>	<u>27.992</u>	<u>25.552</u>
Lucro antes da contribuição e do imposto de renda		<u>1.103.668</u>	<u>1.035.699</u>	<u>1.106.887</u>	<u>1.035.699</u>
Imposto de renda	11	(238.562)	(231.628)	(241.781)	(231.628)
Contribuição social	11	(90.294)	(84.850)	(90.294)	(84.850)
Lucro antes das participações dos empregados		<u>774.812</u>	<u>719.221</u>	<u>774.812</u>	<u>719.221</u>
Participações dos empregados	21	(64.166)	(89.730)	(64.166)	(89.730)
Lucro líquido do exercício		<u><u>710.646</u></u>	<u><u>629.491</u></u>	<u><u>710.646</u></u>	<u><u>629.491</u></u>
Lucro por ação básico - R\$	19	<u>0.27</u>	<u>0.28</u>		
Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício	18	<u><u>2.946.300</u></u>	<u><u>2.464.466</u></u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	<u>710.646</u>	<u>629.491</u>	<u>710.646</u>	<u>629.491</u>
Ajuste de conversão de investimento no exterior	16.986	17.927	16.986	17.927
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>727.632</u></u>	<u><u>647.418</u></u>	<u><u>727.632</u></u>	<u><u>647.418</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital Incentivos fiscais	Legal	Lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
							Dividendos adicional	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2010		2.072.466	5.792	190.224	1.239	11.771	264.279	147.588	–	(34.255)	2.659.104
Ajuste de conversão de investimento no exterior		–	–	–	–	–	–	–	–	17.927	17.927
Aumento de capital conf. AGE de 29/07/2011	18	392.000	–	–	–	–	–	–	–	–	392.000
Dividendos adicional proposto		–	–	–	–	–	(218.153)	(46.126)	–	–	(264.279)
Dividendos complementares pago conf. AGO		–	–	–	–	–	(46.126)	–	–	–	(46.126)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	629.491	–	629.491
Destinação do lucro											
Reserva legal		–	–	31.475	–	–	–	–	(31.475)	–	–
Reserva de incentivos fiscais.....		–	–	–	–	9.681	–	–	(9.681)	–	–
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	–	–	229.415	(229.415)	–	–
Dividendos adicional proposto		–	–	–	–	–	211.836	–	(211.836)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios.....		–	–	–	–	–	–	–	(147.084)	–	(147.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	18	2.464.466	5.792	221.699	1.239	21.452	211.836	330.877	–	(16.328)	3.241.033
Ajuste de conversão de investimento no exterior		–	–	–	–	–	–	–	–	16.986	16.986
Aumento de capital conf. AGE de 20/08/2012:											
Integralização	18	358.920	–	–	–	–	–	–	–	–	358.920
Reserva de incentivos fiscais.....	18	21.452	–	–	–	(21.452)	–	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucro	18	101.462	–	–	–	–	–	(101.462)	–	–	–
Dividendos adicional proposto	18	–	–	–	–	–	(211.836)	(45.260)	–	–	(257.096)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	710.646	–	710.646
Destinação do lucro											
Reserva legal	18	–	–	35.533	–	–	–	–	(35.533)	–	–
Reserva de incentivos fiscais.....	18	–	–	–	–	16.228	–	–	(16.228)	–	–
Reserva de retenção de lucros	18	–	–	–	–	–	–	402.225	(402.225)	–	–
Dividendos adicional proposto	18	–	–	–	–	–	91.939	–	(91.939)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios.....	18	–	–	–	–	–	–	–	(164.721)	–	(164.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	18	<u>2.946.300</u>	<u>5.792</u>	<u>257.232</u>	<u>1.239</u>	<u>16.228</u>	<u>91.939</u>	<u>586.380</u>	<u>–</u>	<u>658</u>	<u>3.905.768</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício.....	710.646	629.491	710.646	629.491
Ajustes				
Participação em empresa controlada	(55.244)	(17.859)	–	–
Depreciação e amortização	243.862	195.214	280.785	209.053
Valor residual de bens baixados do permanente.....	46.930	7.197	46.930	7.197
Variações financeiros sobre empréstimos e financiamentos	33.606	5.834	33.606	5.834
Variação cambial sobre operações com empresas do sistema....	(35.614)	(679)	(35.942)	(679)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.078	21.995	1.078	21.995
Provisão para devedores duvidosos (constituição/reversão)	1.195	181	1.195	181
Provisão para contingências.....	5.021	17	5.021	17
Provisão atuarial com plano de pensão.....	29.230	–	29.230	–
Outros ajustes.....	41	–	5.103	2.052
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) de contas a receber de CP e LP	(15.040)	(409)	(15.040)	(409)
Redução (aumento) de estoques.....	(20.548)	(4.565)	(20.548)	(4.565)
Redução (aumento) de adiantamento a fornecedores - CP	(3.438)	(5.884)	(3.424)	(11.487)
Redução (aumento) de outros ativos circulante	(18.283)	(19.424)	(19.810)	(12.066)
Redução (aumento) de outros ativos não circulante	–	7	–	7
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(9.254)	(10.941)	(9.254)	(10.941)
Redução (aumento) de despesas antecipadas	4.232	1.303	(4.917)	(6.363)
Redução (aumento) de títulos e valores imobiliários	(107.220)	77.295	(107.219)	77.023
Aumento (redução) de fornecedores	(124.319)	36.830	(120.586)	40.263
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições de CP e LP	102.013	24.725	94.617	24.725
Aumento (redução) de salários, férias e encargos	(15.071)	23.032	(15.055)	23.032
Aumento (redução) de PLR	(25.263)	(8.270)	(25.263)	(8.270)
Aumento (redução) de receita diferida.....	1.398	3.143	1.398	3.143
Aumento (redução) de outros passivos circulante	85.944	35.654	96.304	35.654
Aumento (redução) de outros passivos não circulante	(69.071)	–	(69.071)	–
Redução (aumento) de operações de CP e LP com Emp. do Sistema - C. a receber	(8.892)	(150.209)	7.410	(145.381)
Aumento (redução) de operações de CP e LP com Emp. do Sistema - C. a pagar	(60.301)	(53.271)	(59.708)	(58.660)
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	804.858	713.112	914.705	743.823
Atividade de financiamento				
Empréstimos e financiamentos de terceiros.....	204.688	203.660	204.688	203.660
Amortização principal - Financiamentos de terceiros	(5.399)	–	(5.399)	–
Amortização de juros de terceiros	(8.517)	–	(8.517)	–
Pagamento/recebimento de obrigação de contratos com transferência de benefícios riscos e controles de bens	–	(27.462)	–	(27.462)
Dividendos pagos	(65.759)	(70.822)	(65.759)	(70.822)
Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento	125.013	105.376	125.013	105.376
Atividade de investimento				
Aquisição de bens imobilizado.....	(881.194)	(797.817)	(957.434)	(831.439)
Títulos e valores mobiliários	(5.190)	(5.383)	(5.190)	(5.383)
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento....	(886.384)	(803.200)	(962.624)	(836.822)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	43.487	15.288	77.094	12.377
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	413.522	398.234	552.574	524.322
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	–	–	4.757	15.875
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	457.009	413.522	634.425	552.574
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	43.487	15.288	77.094	12.377

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhares de reais de reais, exceto quando mencionado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro ("Companhia") foi constituída em 12 de junho de 1998, como controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, e tem por objeto social as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais ou embarcações, próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; o transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; a construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritária ou minoritariamente; a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas. Atualmente, 99% das operações comerciais da Companhia são realizadas com as Empresas do Sistema Petrobras.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que foram mensurados pelo valor justo.

Para fins de comparabilidade foram efetuadas as seguintes reclassificações no balanço patrimonial da Companhia, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2011:

- Montante de R\$ 8.194 referente a depósitos para incentivos fiscais registrados anteriormente no ativo circulante, no grupo de títulos e valores mobiliários, para o ativo não circulante, no grupo de títulos e valores mobiliários de longo prazo.

- Montante de R\$ 31.719 referente a depósitos judiciais registrados anteriormente no grupo de outros ativos circulantes para o grupo de outros realizáveis a longo prazo.

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs); e

(b) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo (Transpetro e suas controladas), essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido da controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas no conjunto de demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2013.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo os possíveis efeitos da revisão reconhecidos no presente exercício e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão elencadas abaixo:

(c.1) Contas a receber

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota explicativa nº 8.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(c.2) Recuperação estimada de ativos imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os navios, os tanques de armazenagem de óleo e os demais relacionados aos projetos de expansão do Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente do navio, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

A premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na Nota explicativa nº 13.

(c.3) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro. As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na Nota explicativa nº 11.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Vendas de serviços.....	6.272.408	5.758.357	6.835.887	6.037.837
Outras receitas operacionais	57.876	39.642	57.876	39.642
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso.....	1.297.273	903.090	1.319.338	929.683
(–) Provisão devedores duvidosos	(1.195)	(181)	(1.195)	(181)
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de Terceiros	(1.171.356)	(1.496.688)	(1.216.700)	(1.582.182)
Materiais consumidos	(310.372)	(303.016)	(357.157)	(322.758)
Energia, serviços de terceiros e outros	(1.690.714)	(892.231)	(1.776.449)	(913.460)
Créditos fiscais sob materiais consumidos.....	(6.158)	(6.453)	(6.158)	(6.453)
Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros e outros.....	(159.859)	(174.478)	(159.859)	(174.478)
Valor adicionado bruto	4.287.903	3.828.042	4.695.583	4.007.650
Retenções				
Depreciação e amortização	(243.862)	(195.214)	(280.785)	(209.053)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	4.044.041	3.632.828	4.414.798	3.798.597
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial.....	55.244	17.859		
Receitas financeiras - receita financeira e receita de variações monetárias e cambiais.....	110.442	83.705	121.023	79.593
	165.686	101.564	121.023	79.593
Valor adicionado total a distribuir.....	4.209.727	3.734.392	4.535.821	3.878.190
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Pessoal e encargos	808.187	653.072	808.187	653.072
Participações de empregados	64.166	89.730	64.166	89.730
Honorários da diretoria e conselho de administração.....	7.509	6.795	7.509	6.795
Mão de obra adicional.....	529.076	482.365	529.076	482.365
Vantagens (alimentação transportes e outros)	202.627	145.674	202.927	146.006
FGTS	47.267	36.882	47.267	36.882
	1.658.832	1.414.518	1.659.132	1.414.850
Entidades governamentais				
Impostos contribuições federais	756.389	649.860	756.389	649.860
Impostos contribuições estaduais.....	299.104	259.217	299.104	259.217
Impostos contribuições municipais	75.261	65.466	75.261	65.466
Imposto renda e contribuição social diferido	1.078	22.102	1.078	22.102
	1.131.832	996.645	1.131.832	996.645
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e aluguéis.....	708.417	693.738	1.034.211	837.204
Acionistas				
Lucros retidos	545.925	482.407	545.925	482.407
Dividendos	164.721	147.084	164.721	147.084
Resultado do exercício.....	710.646	629.491	710.646	629.491
Valor adicionado total distribuído.....	4.209.727	3.734.392	4.535.821	3.878.190

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(c.4) Provisão para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas e cíveis. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota explicativa nº 15. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados

(c.5) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada no fim de cada exercício. Essa taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos de alta qualidade, sendo estes mantidos em moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota explicativa nº 16.

(d) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores, contas a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

(b.1) Reconhecimento e mensuração

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado de, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, classificado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Vide Nota explicativa nº 28.

(b.2) Impairment de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

(I) Em 2011 a Companhia contabilizou provisão para perdas de recebíveis em aberto há mais de 180 dias com as empresas Construtora Empreendimentos, Rezende Moraes e Rodrigues e M.C. Longo Ferreira. Em 2012, com base no mesmo critério, foi efetuado o provisionamento dos valores em aberto com as empresas tendo como valores mais relevantes as empresas Lajinha Agroindustrial no montante de R\$ 813 e Construtora Empreendimentos no montante de R\$ 290.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas às quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Fronape International Company	Fronape International Company BV	PNBV	Petrobras Distribuidora S.A.-BR	REFAP	TAG	TBG	Termomacae energia	Demais empresas	2012	2011
Controladora												
Receitas operacionais por prestação de serviços	5.876.869	—	—	—	19.464	35.427	280.223	75	—	3.599	6.215.657	5.708.571
Custo dos serviços prestados - Afretamento/arrendamento	(539.864)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(539.864)	(512.641)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros	—	—	—	—	(19.794)	—	—	—	—	—	(19.794)	(21.104)
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	265.806	—	—	—	—	—	—	—	265.806	—
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços	654.336	13.116	25.404	—	4.027	—	38.984	281	—	—	736.148	727.256
Custo de pessoal cedido	(528.030)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(528.030)	(481.498)
Contas a pagar	(133.884)	—	(2.293)	—	(7.570)	—	—	—	(5.903)	(2.119)	(151.769)	(212.070)
Consolidado												
Receitas operacionais por prestação de serviços	6.105.043	—	—	335.305	19.464	35.427	280.223	75	—	3.599	6.779.136	5.988.051
Custo dos serviços prestados - Afretamento/arrendamento	(539.864)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(539.864)	(512.641)
Custo dos serviços prestados-lubrificantes e outros	—	—	—	—	(19.794)	—	—	—	—	—	(19.974)	(21.104)
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços	655.598	—	—	10.468	4.027	—	38.984	281	—	—	709.359	716.769
Custo de pessoal cedido	(528.030)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(528.030)	(481.498)
Contas a pagar	(140.815)	—	—	(7.441)	(7.570)	—	—	—	(5.903)	(2.119)	(163.848)	(223.557)

	Controladora	
	2012	2011
ICMS.....	634	634
Imposto de renda e contribuição social (i).....	7.895	16.663
COFINS (i).....	3.775	11.824
PIS (i).....	965	2.589
INSS (ii).....	19.224	34.166
ISS.....	5.563	5.883
Outros.....	112	105
	38.168	71.864

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo não circulante				
Provisão para contingências	21.844	16.822	21.844	16.822
Provisão para devedores duvidosos	4.319	3.124	4.319	3.124
Provisão para despesas de pessoal	-	22.321	-	22.321
Provisão para PLR	64.467	89.730	64.467	89.730
Provisão para perda com incentivos fiscais (i)	5.752	5.749	5.752	5.749
Benefício Fiscal - PAT (ii)	21.721	-	21.721	-
Passivo atuarial - plano Petros 2	29.230	-	29.230	-
Passivo não circulante				
Diferença depreciação - revisão de vida útil de navios	(118.461)	(130.237)	(118.461)	(130.267)
Diferença depreciação - revisão de vida útil de braços de carregamento de Terminais	(24.228)	(14.858)	(24.228)	(14.858)
Diferença depreciação - revisão de vida útil de tanques e dutovia de Suape	(5.696)	-	(5.696)	-
Leasing Ataulfo Cartola	(3.746)	-	(3.746)	-
Alíquota vigente - %	34	34	34	34
Impostos diferidos	(5.024)	(3.946)	(5.024)	(3.946)

	Vida útil estimada em anos	Controladora				Consolidada			
		2012		2011		2012		2011	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias.....	25	31.354	(12.351)	19.003	20.341	31.353	(12.350)	19.004	20.341
Equipamentos e outros bens.....	5 - 10	403.698	(220.564)	183.134	66.943	403.698	(220.564)	183.134	66.943
Benfeitorias em bens de terceiros.....	6 - 10	829.460	(239.254)	590.206	501.743	891.667	(277.184)	614.483	524.919
Navios.....	25	1.927.284	(582.331)	1.344.953	526.734	2.242.134	(601.529)	1.640.604	526.734
Terrenos.....		12.177	—	12.177	12.177	12.177	—	12.177	12.177
Projetos de expansão Promef.....		1.031.178	—	1.031.178	1.139.096	1.031.158	—	1.031.158	1.139.096
Reformas de tanques em andamento.....		820.491	—	820.491	696.385	820.492	—	820.492	696.385
Outras obras em andamento.....		161.342	—	161.342	169.276	185.551	—	185.551	177.622
Arrendamento de navios-CPC 06.....	25	—	—	—	305.607	—	—	—	275.654
		<u>5.216.984</u>	<u>(1.054.500)</u>	<u>4.162.484</u>	<u>3.438.303</u>	<u>5.618.230</u>	<u>(1.111.627)</u>	<u>4.506.603</u>	<u>3.439.870</u>

	Controladora				
	Movimentação				
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe- rências	31/12/2012
Edificações e benfeitorias.....	31.354	—	—	—	31.354
Equipamentos e outros bens.....	271.847	26.171	(57.263)	162.943	403.698
Benfeitorias em bens de terceiros.....	646.488	1.753	(20.788)	202.007	829.460
Navios.....	1.141.314	41.541	(106.765)	851.194	1.927.284
Terrenos.....	12.177	—	—	—	12.177
Projetos de expansão Promef.....	1.139.096	699.422	—	(807.340)	1.031.178
Reforma de tanques em andamento.....	696.385	394.390	—	(270.284)	820.491
Outras obras em andamento.....	169.276	139.594	(9.008)	(138.520)	161.342
Arrendamento de navios (Nota 17).....	583.200	—	(583.200)	—	—
	<u>4.691.137</u>	<u>1.302.871</u>	<u>(777.024)</u>	<u>—</u>	<u>5.216.984</u>

	Controladora				
	Movimentação				
	31/12/2010	Adições	Baixas	Transfe- rências	31/12/2011
Edificações e benfeitorias.....	28.761	—	—	2.593	31.354
Equipamentos e outros bens.....	264.308	15.134	(34.022)	26.427	271.847
Benfeitorias em bens de terceiros.....	368.891	2.439	(21.723)	296.881	646.488
Navios.....	866.108	—	(16.501)	291.707	1.141.314
Terrenos.....	12.177	—	—	—	12.177
Projetos de expansão Promef.....	887.348	451.709	—	(199.961)	1.139.096
Reforma de tanques em andamento.....	572.220	282.812	—	(158.647)	696.385

Substituição de braços de carregamento em andamento.....	135.059	-	-	(135.059)	-
Outras obras em andamento.....	136.587	156.630	-	(123.941)	169.276
Arrendamento de navios (Nota 17)	583.200	-	-	-	583.200
	<u>3.854.659</u>	<u>908.724</u>	<u>(72.246)</u>	<u>-</u>	<u>4.691.137</u>

					Consolidado
				Movimentação	
				Transfe- rências (i)	
	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012	
Edificações e benfeitorias.....	31.353	—	—	—	31.353
Equipamentos e outros bens.....	271.847	26.171	(57.263)	162.943	403.698
Benfeitorias em bens de terceiros	698.609	6.398	(33.152)	219.812	891.667
Navios.....	1.141.314	79.782	(106.765)	1.127.803	2.242.134
Terrenos.....	12.177	—	—	—	12.177
Projetos de expansão Promef	1.139.096	699.402	—	(807.340)	1.031.158
Reforma de tanques em andamento	696.385	394.391	—	(270.284)	820.492
Outras obras em andamento	177.642	174.050	(9.007)	(157.134)	185.551
Arrendamento de navios (Nota 17)	517.476	—	—	(517.476)	—
	<u>4.685.899</u>	<u>1.380.194</u>	<u>(206.187)</u>	<u>(241.676)</u>	<u>5.618.230</u>
					Consolidado

		Movimentação			
	31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2011
Edificações e benfeitorias.....	28.761	—	—	2.592	31.353
Equipamentos e outros bens.....	264.308	15.133	(34.023)	26.429	271.847
Benfeitorias em bens de terceiros.....	397.016	7.580	(29.829)	323.842	698.609
Navios.....	866.108	—	(16.500)	291.706	1.141.314
Terrenos.....	12.177	—	—	—	12.177
Projetos de expansão Promef.....	887.348	451.709	—	(199.961)	1.139.096
Reforma de tanques em andamento.....	572.220	282.812	—	(158.647)	696.385
Substituição de braços de carregamento em andamento.....	135.059	—	—	(135.059)	—
Outras obras em andamento.....	140.292	188.252	—	(150.902)	177.642
Arrendamento de navios (Nota 17).....	517.476	—	—	—	517.476
	<u>3.820.765</u>	<u>945.486</u>	<u>(80.352)</u>	<u>—</u>	<u>4.685.899</u>

	Controladora				
	Movimentação				
				Transfe- rências	
	31/12/2011	Adições	Baixas		31/12/2012
Edificações e benfeitorias.....	(11.013)	(1.338)	–	–	(12.351)
Equipamentos e outros bens.....	(204.904)	(72.272)	56.612	–	(220.564)
Benfeitorias em bens de terceiros	(144.745)	(108.541)	14.032	–	(239.254)
Návios.....	(614.579)	(44.001)	76.249	–	(582.331)
Arrendamento de navios (Nota 17)	(277.593)	(5.401)	282.994	–	–
	<u>(1.252.834)</u>	<u>(231.553)</u>	<u>429.887</u>	<u>–</u>	<u>(1.054.500)</u>

	Controladora		
	Movimentação		
	31/12/2010	Adições	31/12/2011
Edificações e benfeitorias.....	(9.675)	(1.338)	—
Equipamentos e outros bens.....	(168.950)	(80.860)	44.906
Benfeitorias em bens de terceiros.....	(74.486)	(78.646)	8.387
Navios.....	(610.453)	(15.882)	11.756
Arrendamento de navios (Nota 17).....	(264.530)	(13.063)	—
	<u>(1.128.094)</u>	<u>(189.789)</u>	<u>65.049</u>
			<u>(1.252.834)</u>

	Consolidado				
	Movimentação				
				Transfe- rências (i)	
	31/12/2011	Adições	Baixas		31/12/2012
Edificações e benfeitorias.....	(11.013)	(1.337)	–	–	(12.350)
Equipamentos e outros bens.....	(204.904)	(72.273)	56.613	–	(220.564)
Benfeitorias em bens de terceiros.....	(173.690)	(129.889)	26.395	–	(277.184)
Navios.....	(614.579)	(63.199)	76.249	–	(601.529)
Arrendamento de navios (Nota 17).....	(241.823)	(2.988)	–	244.811	–
	<u>(1.246.009)</u>	<u>(269.686)</u>	<u>159.257</u>	<u>244.811</u>	<u>(1.111.627)</u>

	Consolidado			
	Movimentação			
	31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2011
Edificações e benfeitorias.....	(9.675)	(1.338)	—	(11.013)
Equipamentos e outros bens.....	(168.951)	(67.522)	31.569	(204.904)
Benfeitorias em bens de terceiros.....	(94.536)	(108.984)	29.830	(173.690)
Navios.....	(610.453)	(15.882)	11.756	(614.579)
Arrendamento de navios (Nota 17).....	(234.720)	(7.103)	—	(241.823)
	(1.118.335)	(200.829)	73.155	(1.246.009)

1. Os gastos com reabilitação de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2012, foram contabilizados em "Benefeitorias em bens de terceiros", no montante de R\$ 270.284 (R\$ 158.647 em 2011).
2. Os gastos com reabilitação de tanques, cujas obras ainda não foram concluídas, foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R\$ 394.390 (R\$ 282.812 em 2011).
3. O Plano de Inspeção Anual, elaborado pela Gerência Geral de Engenharia, atrelado ao PAN - Plano Anual de Negócio - estima gastos no montante de R\$ 413.248 a serem capitalizados durante o exercício de 2013.

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento dos navios Ataulfo Alves e Cartola, operados pela Transpetro desde 2002, foram classificados até março de 2012, em atendimento à Lei nº 11.638/07 complementada pelo CPC 06, como contratos de arrendamento mercantil financeiro, reconhecidos como ativo imobilizado, depreciados com base na vida útil econômica, e as parcelas a vencer do contrato de arrendamento no passivo circulante e não circulante com base em seu valor presente, distribuído segundo sua natureza em principal, amortizável ao longo da vigência dos contratos, conforme Nota explicativa nº 17.

Redução ao valor recuperável - Impairment

A frota de navios da Transpetro é composta por 41 navios (frota atual - 39 Transpetro e 2 FIC-BV), que posteriormente serão somados aos 42 navios (PROMEF 1 e2) e 20 comboios (PROMEF Hidrovia). A Administração da Companhia avalia a cada fim de período se existem evidências de perda de recuperabilidade de seus ativos. Na elaboração do fluxo de caixa da frota de navios definida pela Companhia como unidade geradora de caixa, foram consideradas, basicamente, as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil do navio que é de 25 anos, considerando o período em operação dos navios da Frota Atual, que tem vida útil menor, e a expectativa de início de operação dos demais.
- Moeda: Dólares (US\$) em termos reais.
- Data-base: 31 de dezembro de 2012.
- Taxa de desconto: a taxa de desconto dos navios pertencentes ao PROMEF Hidrovia e PROMEF 1 e 2 foram ponderadas com a participação de 90% de dívida captada junto ao BNDES à taxa de 2,5% + TJLP (ver tópico anterior). Desta forma, o fluxo de caixa foi descontado a taxa de 4,29%, ponderada a uma estrutura que considera 10% de recursos próprios e 90% de recursos de terceiros (BNDES). Para os navios da Frota Atual foi considerado uma estrutura de financiamento de 100% de capital próprio e uma taxa de desconto de 8,26% calculado pela metodologia de CAPM ("Capital Asset Pricing Model").
- Receita bruta: a receita foi projetada com base na taxa de frete diária, definida por contratos que são renovados anualmente com a Petrobras. Essa taxa varia de um navio para outro com base na capacidade de armazenamento e transporte. A Administração considerou no cálculo das receitas duas paradas (docagem) de 30 dias cada a cada cinco anos.
- Deduções: PIS e COFINS à taxa de 9,25%.
- Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, manutenção e encargos, sendo que considerados os custos atuais da Frota.
- Depreciação: os navios que irão entrar em operação (PROMEF Hidrovia e PROMEF 1 e 2) são depreciados à taxa de 4% ao ano (vida útil de 25 anos).
- Os navios da Frota Atual foram depreciados considerando o saldo de imobilizado, a depreciação acumulada e a respectiva taxa de depreciação.
- A depreciação dos investimentos em manutenção (docagem) foi estimada pelo período de 2,5 anos, conforme descrito no tópico a seguir.
- Investimentos: os investimentos referem-se à manutenção dos navios (docagem) que ocorrem a cada 2 vezes a cada 5 anos, além dos investimentos para a construção dos navios PROMEF Hidrovias e PROMEF 1 e 2.
- IRPJ e CSSL: calculado pelo regime de lucro real, considerando alíquota de 34% (IR e CS) aplicada ao lucro antes dos impostos.

A análise dos fluxos de caixa trazidos a valor presente, comparados com o valor contábil indicou que em relação aos ativos testados permanece a capacidade de geração de entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo. Logo, nenhuma provisão para perda se fez necessária no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	2012	2011
Imposto retido na fonte e imposto sobre incentivos (i).....	24.249	20.388
ICMS a pagar	30.612	26.558
ISS a recolher	14.496	13.095
INSS a recolher.....	9.609	4.492
Contribuições trabalhistas a recolher	17.196	9.119
PASEP e COFINS a recolher	27.131	19.417
Outros.....	870	7.085
	<u>124.163</u>	<u>100.154</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2012 o saldo refere-se, principalmente:R\$ 14.591 (R\$ 18.199 em 2011) impostos de renda sobre folha de pagamento e R\$ 6.512 a impostos sobre incentivos fiscais em processo de aprovação.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e consolidado			
	2012	Adições	Baixas	2011
Processos judiciais trabalhistas.....	15.844	7.101	(1.626)	10.369
Processos judiciais cíveis.....	3.402	468	(726)	3.660
Processos judiciais tributários	2.598	182	(378)	2.794
Total provisionado no passivo não circulante.....	<u>21.844</u>	<u>7.751</u>	<u>(2.730)</u>	<u>16.823</u>
	Controladora e consolidado			
	2011	Adições	Baixas	2010
Processos judiciais trabalhistas.....	10.369	4.535	(5.577)	11.410
Processos judiciais cíveis.....	3.660	757	(1.048)	3.951
Processos judiciais tributários	2.794	2.771	(1.421)	1.445
Total provisionado no passivo não circulante.....	<u>16.823</u>	<u>8.063</u>	<u>(8.046)</u>	<u>16.806</u>

(b) Processos judiciais não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstramos a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas.

Ações	2012	2011
Cíveis.....	12.453	37.750
Trabalhistas (i).....	61.683	83.926
Tributárias (ii).....	<u>370.768</u>	<u>198.494</u>
	<u>444.904</u>	<u>320.170</u>

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2012 segregados por esfera estão informados abaixo:

(i) Trabalhistas		
Objeto	Valor da causa	Quantidade de processos
Terceirização de funcionários.....	31.022	902 processos
Verbas rescisórias	21.481	254 processos
Demais ações.....	<u>9.180</u>	<u>75 processos</u>
	<u>61.683</u>	

(ii) Tributárias

(a) Processo nº 0511598-36.2011.4.02.5101 referente a ação de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional em razão dos créditos tributários relacionados às Declarações de Imposto de Renda nos exercícios de 2006 e 2008. A Administração da Companhia aguarda o julgamento dos embargos à execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído à causa o valor de R\$ 106.811.

Processos de execução fiscal impetrados pela Receita do Estado do Espírito Santo decorrentes da inscrição em dívida ativa de autuações efetuadas por aquele Estado sob a alegação da falta de escrituração dos livros de registro de inventário relativos aos exercícios de 2004 à 2008 dos terminais de Vitória, Norte Capixaba e Regência. A Administração da Companhia aguarda manifestação da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo acerca dos Embargos à Execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído às causas os valores de R\$ 30.438, R\$ 30.203, R\$ 59.036, R\$ 40.022, R\$ 62.969 e R\$ 18.214, respectivamente.

16. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição mista. Neste caso os riscos são divididos entre Patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se a formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2012, a quantidade de participantes total do plano é de 4.520 (4.500 ativos e 20 assistidos), e as contribuições efetuadas no exercício totalizaram R\$ 39.688 (R\$ 4.451 em 2011).

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia utilizou-se de avaliação atuarial para identificação do passivo atuarial a ser registrado. Entretanto, como a adesão foi em dezembro de 2011 e o cálculo também estava posicionado em dezembro, não houve serviço passado a ser provisionado, sendo a obrigação atuarial imaterial naquela data.

Devido a adesão dos participantes ao plano Petros 2 terem ocorrido preponderantemente em 2012, os impactos atuariais foram calculados para a data base 31 de dezembro de 2012 e registrados diretamente em contrapartida ao resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2012 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 29.230 sendo a conciliação dos valores reconhecidos a seguinte:

	31/12/2012
Valor presente da obrigação de benefício definido	42.832
Valor justo dos ativos do plano.....	<u>(13.602)</u>
Passivo atuarial líquido.....	<u>29.230</u>

A movimentação do passivo atuarial líquido pode ser assim demonstrada:

	31/12/2012
Em 1º de janeiro de 2012	
Impacto decorrente da implementação do plano de benefícios	29.230
Em 31 de dezembro 2012	<u>29.230</u>

16.1. Ativos do plano de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira.

A composição dos ativos dos planos é como segue:

	31/12/2012
Renda fixa	1.132
Renda variável.....	12.076
Investimentos imobiliários	68
Outros ativos	<u>326</u>
	<u>13.602</u>

16.2. Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de Benefício - Petros 2
Taxa de desconto ao ano	9,353%
Taxa de retorno de ativos	9,353%
Crescimento salarial	9,508%
Inflação	5,4%
Taxa de reajuste de benefício do plano.....	5,4%
Fator capacidade.....	100%
Hipóteses demográficas	
Tabua de Mortalidade	AT -2000, 80% masculina e 20% feminina
Tabua de Mortalidade de inválidos	AT-49 masculina
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade.....	Nula
Composição familiar - ativos (*).....	80% casados e cônjuges 4 anos mais novos
Composição familiar - assistidos (*)	Família informada no cadastro

16.3. Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade do benefício pós- emprego, considerando o incremento e redução em 1% p.p. na taxa de desconto:

	2012	
	Cenário I taxa de desconto atuarial 10,35%	Cenário II e taxa de desconto atuarial 8,35%
Impacto no valor presente das obrigações.....	<u>(9.616)</u>	<u>14.365</u>

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Arrendamento mercantil financeiro

Em outubro de 2002, a controlada FIC concluiu a venda a terceiros dos navios aliviadores "Cartola" e "Ataulfo Alves" com um ganho equivalente a R\$ 65.724. Em novembro de 2002, esses mesmos navios foram afretados à Transpetro por meio de contratos de "Bareboat Charter Party", pelo prazo de 9 anos e 6 meses, e sub-afretados à Petrobras, no regime "Time Charter Party", por prazo equivalente.

Por força da Lei nº 11.638/07, complementada pelo CPC 06, estes navios passaram a ser apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2008, como arrendamento mercantil financeiro e, consequentemente, reconhecidos como ativo imobilizado e depreciados com base em sua vida útil econômica.

O registro contábil inicial na Controladora levou em consideração o custo de aquisição histórico no montante de R\$ 583.200, que incluiu o ganho equivalente a R\$ 65.724 auferido pela FIC em 2002. A Administração entendeu que a operação se caracterizou como um retroarrendamento e, como consequência, eliminou, para fins de consolidação, a parcela de R\$ 26.159 do ganho total da FIC a ser diferida até o final do arrendamento mercantil com base no disposto no CPC 06.

Em 2 de fevereiro de 2012, a Diretoria Executiva da Petrobras, amparada pelo Contrato de compra (Purchase Undertaking Deed) exerceu a opção de compra "call notice", com a liquidação antecipada do saldo dos contratos de afretamento dos navios Ataulfo Alves e Cartola, designando a Fronape International Company BV - FIC BV, como compradora. Em 8 de março de 2012 a Fronape International Company BV adquiriu a propriedade legal das embarcações.

O direito de uso dessas embarcações, registrados no ativo imobilizado da Transpetro, foi carreado pelo exercício da opção de compra pela FC BV mediante indicação da Petrobras e o saldo do direito de uso registrado na Transpetro no montante de R\$ 265.806 foi transferido para FIC BV a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, a ser convertido ao capital em até 120 dias a contar do encerramento do exercício em que foi pactuado, conforme aprovada pela Diretoria em 20 de dezembro de 2012.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 2.723 (R\$ 6.972 em 2011) relativo a despesas financeiras, R\$ 2.988 (R\$ 17.928 em 2011) relativo à despesa de depreciação de R\$ (2.546) (R\$ 5.834 em 2011) referente à variação cambial decorrente do reconhecimento inicial do passivo relacionado contrato de leasing financeiro dos navios Cartola e Ataulfo Alves em função da Lei nº 11.638/07 e CPC 06.

Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

A FIC, subsidiária integral da Transpetro, possui uma frota de 18 navios em operação arrendados de terceiros em contratos de afretamento de navios a casco nu do tipo "Bareboat Charter Party". Esses contratos de arrendamento foram assinados entre 2002 e 2012 com valores de pagamentos diários de aproximadamente US\$ 16 mil (equivalentes a R\$ 32,64 mil) e possuem prazos de vigência entre 10 e 15 anos.

Por exigência da Transpetro junto aos arrendadores, de forma a garantir a continuidade das operações, foram incluídas cláusulas de opção de compra dos navios ao término de cada contrato. Estes valores foram estipulados com base em cotações de mercado à época e não caracterizavam preços de barganha nas datas de assinatura dos contratos. Adicionalmente, o programa de renovação da frota em sua segunda fase, prevê a construção de sete navios do tipo aliviadores de posicionamento dinâmico, assim como os navios da FIC em operação, porém com recursos e tecnologia mais avançados e apropriados às necessidades atuais da operação. Desta forma, a Transpetro possui a intenção de substituir os navios existentes ao término de cada contrato e de não exercer as opções de compra estabelecidas nos contratos destes sete navios.

Os pagamentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2012 destes contratos estão segregados da seguinte forma, tal como determina a Deliberação CVM Nº 645/10 (CPC 06):

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	364.659	1.977	366.636
De dois a cinco anos	1.411.121	43.061	1.454.182
Acima de cinco anos	1.751.702	161.741	1.913.442

Arrendamento mercantil operacional (arrendador)

(a) Navios arrendados à Petrobras

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party" com a Petrobras, onde a frota principal de 39 navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro. Esses contratos são negociados anualmente e utilizados como base para definição do fluxo de recebimentos dos exercícios seguintes.

Os recebimentos futuros mínimos, com base nos contratos que estipulam os valores para o exercício de 2013, estão estimados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Recebimentos futuros mínimos
Até um ano	602.527	23.126	625.653

(b) Navios arrendados pelas controladas (FIC Cayman e FIC BV)

A atual frota das empresas controladas (FIC Cayman e FIC BV), composta de 20 navios (sendo 18 afretados e 2 próprios), é disponibilizada às operações da PNBV e da Petrobras, em contratos de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party". Esses contratos foram assinados entre 2002 e 2012, com prazo de vigência entre 10 e 15 anos e valores de afretamento que são renegociados ao final de cada ano. Os valores diários vigentes em 2012 variam entre US\$ 28 mil (equivalentes a R\$ 57,2 mil) e US\$ 59,3 mil (equivalentes a R\$ 121,17 mil). Os recebimentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2012 estão estimados da seguinte forma em milhares de dólares:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Recebimentos futuros mínimos
Até um ano	354.470	1.935	356.406
De dois a cinco anos	1.380.342	42.100	1.422.441
Acima de cinco anos	1.539.362	139.223	1.678.586

Os valores a serem recebidos podem variar de acordo com as flutuações do mercado de afretamento.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 está representado por 2.946.300.407 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto (2.464.466.128 em 2011).

Em 29 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 392.000, passando o capital social da Companhia de R\$ 2.072.466 para R\$ 2.464.466 mediante a emissão de 392.000.000 ações ordinárias, em função da integralização do saldo remanescente de dividendos a pagar de 2010.

Em 20 de agosto de 2012, foi aprovada através da Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social mediante a emissão de 481.834 ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R\$ 2.464.466 para R\$ 2.946.300. O referido aumento ocorreu mediante a integralização dos seguintes montantes: saldo remanescente de dividendos a pagar de 2011 no valor total de R\$ 358.920, saldo parcial da reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 101.462 e totalidade do saldo de reserva de incentivos fiscais de exercícios anteriores no montante de R\$ 21.452.

(b) Reservas

(b.1) Reservas de lucro

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Reserva de incentivos fiscais (Alteração Lei nº 11.638/07 - Deliberação CVM 555/08)

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei nº 11.638/07, a partir de 01de janeiro de 2008.

No exercício de 2012, foi destinado ao resultado o valor de R\$ 16.228 (R\$ 9.681 em 2011) referente aos incentivos para subvenções de investimentos no Norte e Nordeste, no âmbito da SUDENE e SUDAM, após aprovação destes órgãos, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas e parcela realizada de ativos vinculados ao incentivo de Reinvestimento.

• Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída em 1999, ou seja, anteriormente à vigência da Lei nº 10.303/01, com parcela do resultado de equivalência patrimonial em controlada, que será transferida para lucros acumulados e computada no cálculo do dividendo obrigatório quando do recebimento de dividendos da controlada.

• Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está sendo efetuada uma retenção de lucros, no montante de R\$ 402.225 (R\$ 229.415 em 2011), que se destina aos investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2013, a ser aprovado na Assembleia Geral de Acionistas.

(b.2) Reservas de capital

Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte de seu imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo federal, e financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Controladora				
	31/12/2012	Mais que			
	Valor contábil	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	5 anos
Passivos financeiros					
Partes relacionadas	151.769	151.769	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (i)	1.430.076	116.417	161.102	508.835	1.847.949
Dividendos	164.721	164.721	–	–	–
Fornecedores	253.151	253.151	–	–	–
	Consolidado				
	31/12/2012	Mais que			
	Valor contábil	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	5 anos
Passivos financeiros					
Partes relacionadas	163.848	163.848	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (i)	1.430.076	116.417	161.102	508.835	1.847.949
Dividendos	164.721	164.721	–	–	–
Fornecedores	266.676	266.676	–	–	–

(i) Os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e parcelamentos. Estimativa de TJLP + 2,5% a.a.

As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração da Companhia.

A Administração entende não haver exposição significativa ao risco de liquidez uma vez que a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades indica que os recursos existentes são suficientes para cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo junto a terceiros, na data de seus vencimentos.

28.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumarizados:

	Controladora	
	2012	2011
Total dos empréstimos (Nota 27).....	1.430.076	799.234
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7).....	(457.009)	(413.522)
Dívida líquida.....	973.067	385.712
Total do patrimônio líquido.....	3.905.768	3.241.033
Total do capital.....	4.878.835	3.626.745
Índice de alavancagem financeira - %.....	20	11
	Consolidado	
	2012	2011
Total dos empréstimos (Nota 27).....	1.430.076	799.234
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7).....	(634.425)	(552.574)
Dívida líquida.....	795.651	246.660
Total do patrimônio líquido.....	3.905.768	3.241.033
Total do capital.....	4.701.419	3.487.693
Índice de alavancagem financeira - %.....	17	7

28.3. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo determinado com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo com o BNDES e o Banco do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2012, não difere significativamente de seu valor contábil. Conforme descrito na Nota explicativa nº 28, estes empréstimos são considerados como empréstimos a valor de mercado, visto tratar-se de uma linha de crédito pública (embora específica ao segmento) e sem similaridade nacional no que se refere a disponibilidade de recursos. As taxas vigentes para contratação em 31 de dezembro de 2012 são as mesmas taxas contratadas pela Companhia para os empréstimos já existentes naquela data, de TJLP + 2,5%a.a.

A hierarquia dos valores justos dos ativos financeiros registrados como títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante, correspondente aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras são classificados como de nível 2 por possuírem dados provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

28.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER
Presidente

EDUARDO AUTRAN DE ALMEIDA JUNIOR
Conselheiro

JOSÉ ALCIDES SANTORO MARTINS
Conselheiro

JOSÉ CARLOS CONSENZA
Conselheiro

OLAVO NOLETO ALVES
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SERGIO DE OLIVEIRA MACHADO
Presidente

AGENOR CESAR JUNQUEIRA LEITE
Diretor

CLAUDIO RIBEIRO TEIXEIRA CAMPOS
Diretor

MARCELO ROSA RENNÓ GOMES
Diretor

RUBENS TEIXEIRA DA SILVA
Diretor

PAULO CESAR MARQUES - Contador CRC-RJ-27061-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 01/2013

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração de 2012, as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e o Orçamento de Capital para 2013, no valor de R\$ 1.564.643 mil. O Conselho Fiscal examinou, também, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2012, no valor de R\$ 710.646 mil, conforme a seguir: 1. Reserva Legal - R\$ 35.532 mil; 2. Reserva de Incentivos Fiscais - R\$ 16.228 mil; 3. Reserva de Retenção de Lucros - R\$ 402.225 mil; 4. Dividendos - R\$ 256.660 mil.

Com relação à proposta formulada pelo Conselho de Administração da Companhia (Ata da reunião de 10/01/2013, Item 06, Pauta nº 022) para aprovação de Aumento de Capital da TRANSPETRO, no valor de R\$ 256.660 mil, mediante integralização de dividendos a pagar à sua acionista única, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, do exercício de 2012, o Conselho Fiscal opina que a proposta encontra-se em condições de ser apreciada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 19 de março de 2013.

de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial (e seus respectivos critérios de manutenção) em 31 de dezembro de 2012 estão identificadas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado dessas cotas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Transações com partes relacionadas

Estes saldos estão classificados como recebíveis e passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Contas a receber de clientes

Estes saldos estão classificados como recebíveis e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Empréstimos e financiamentos

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

Fornecedores

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme IAS 39 e OCPC 3.

28.5. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2012		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	457.009	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	52.068	–
Contas a receber de clientes, líquido	–	709.359	–
Demais ativos circulantes	–	39.690	–
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos.....	–	–	1.430.076
Fornecedores.....	–	–	266.676
Dividendos	–	–	164.721
Demais contas e despesas a pagar	–	–	15.538

	31/12/2011		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	552.574	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	46.878	–
Contas a receber de clientes, líquido	–	722.744	–
Demais ativos circulantes	–	71.405	–
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos.....	–	–	799.234
Fornecedores.....	–	–	389.808
Dividendos	–	–	164.721
Demais contas e despesas a pagar	–	–	10.618

28.6. Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES e Banco do Brasil S.A., atualizado pela TJLP que se manteve em aproximadamente 5,50% a.a. em 2012. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2012, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R\$ 19.664 e R\$ 39.327 (R\$ 11.989 e R\$ 23.977 em 2011), respectivamente, considerando um possível aumento desta taxa.

29. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento dos pronunciamentos contábeis aplicáveis às companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

30. GARANTIAS

A Companhia mantém as seguintes cartas em 31 de dezembro de 2012:

	Banco	Valor Garantido
Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião	Banco do Brasil	522.539
Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião	Banco do Brasil	110.568

A Companhia mantém ainda seguros garantia contratados em 31 de dezembro de 2012 no montante total assegurado de R\$ 330.004 para fazer face as suas demandas judiciais de natureza cível e trabalhista.

DIRETORIA EXECUTIVA		
JOSÉ SERGIO DE OLIVEIRA MACHADO Presidente		
AGENOR CESAR JUNQUEIRA LEITE Diretor	MARCELO ROSA RENNÓ GOMES Diretor	
CLAUDIO RIBEIRO TEIXEIRA CAMPOS Diretor	RUBENS TEIXEIRA DA SILVA Diretor	

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota explicativa nº 2.1 (b), as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme divulgado nas Notas explicativas nº 1 e 9, as operações da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 31 de janeiro de 2012, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2013

 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ	Claudia Eliza Medeiros de Miranda Contadora CRC 1RJ087128/O-0
---	--